

O Poder Local e O Desenvolvimento Turístico: O Caso do Vale dos Vinhedos¹

Talise Valduga Zanini² – Discente do Programa de Mestrado Acadêmico em Turismo da Universidade de Caxias do Sul

Jefferson Marçal da Rocha³ – Docente do Programa de Mestrado Acadêmico em Turismo da Universidade de Caxias do Sul

Resumo

Diante dos desafios impostos pela nova ordem econômica, cultural e social, o poder local das comunidades passa a ter um papel importante na busca por alternativas que fujam à lógica economicista e realmente coloquem o homem no epicentro dos interesses desenvolvimentistas. Nas comunidades turísticas, são cada vez mais urgentes as iniciativas de autogestão como forma de garantir sua sustentabilidade e resgatar o verdadeiro sentido do “encontro” que o turismo traz em seu âmago. É, sob esta ótica, que o Vale dos Vinhedos surge como exemplo da importância do papel da comunidade local no planejamento e desenvolvimento de uma localidade turística.

Palavras-chave

Globalização; poder local; turismo; enoturismo

1. Introdução

Os novos cenários mundiais frutos da denominada era da globalização financeira, ao contrário do que alguns pesquisadores pensavam, inspiram novos papéis aos lugares e às sociedades regionais. Esta reação é uma resposta ao determinismo econômico a que se vêem submetidos (Becker, 2003).

O turismo, assim como outras atividades econômicas, culturais e a vivência em sociedade de um modo geral, também passou a dar sinais de uma busca mais efetiva por alternativas que coloquem o homem em sociedade no epicentro dos interesses de desenvolvimento. Em outras palavras a tirania do capital, da informação global, da hegemonia financeira e de interesses políticos concentradores ditados pelos centros do poder militar e econômico, leia-se interesses norte-americanos e europeus, passaram a ser questionados em âmbitos de interesses locais (Santos 2000). Assim as comunidades locais, e seu poder de organização e superação, passarão a ser considerados por um grupo cada vez maior de pesquisadores como o fator-chave que levará a respostas endógenas na busca por melhores condições de vida.

Nos últimos anos, o fenômeno turístico e sua face social, econômica e ambiental

¹ Trabalho apresentado ao GT “O Estudo do Enoturismo” do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, 7 e 8 de julho de 2006.

² Bacharel em Administração de Empresas – Universidade de Caxias do Sul. tvzanini@terra.com.br

³ Doutor em Meio-Ambiente e Desenvolvimento - Universidade Federal do Paraná. jmrocha@ucs.br

passaram a ser focados sob a ótica do desenvolvimento turístico sustentável. Isso significa que passam a ser consideradas iniciativas que respeitam as ações, os interesses e os sonhos das comunidades locais.

A partir da análise da obra de alguns teóricos do Turismo como Sessa, Beni e Molina, passando pelo ode ao nomadismo de Mafessoli e pela epistemologia social de Moesch podemos vislumbrar uma evolução no pensamento turístico, que supera a tradicional abordagem economicista e coloca o homem como ator de sua própria história. Nesta perspectiva é o homem, que junto a sua comunidade, torna possível e viável o turismo, enquanto manifestação de uma rede de emoções, sonhos, pecados, virtudes e essências da alma humana.

Dito isto, neste artigo pretende-se analisar como a comunidade local receptora é tratada pelos autores clássicos do Turismo, e qual seu papel dentro dos sistemas traçados pelos gestores do desenvolvimento. Se o poder local nunca esteve tão em voga e sua importância tão aclamada, há uma necessidade de se entender seu verdadeiro papel, não só no acontecer turístico, mas no pensar os destinos turísticos para os próximos anos.

Até então, o alvo principal do estudo turístico economicista estava no turista-consumidor, pelo simples fato de ser ele o gerador de riqueza. A comunidade local aparecia neste contexto como um mero suporte de um “produto turístico”.

Neste trabalho leva-se em conta o exemplo das vinícolas do Vale dos Vinhedos região do município de Bento Gonçalves que tenta por iniciativa própria, desenvolver seu potencial turístico, independente do capital e iniciativas exógenas.

2. O papel das comunidades locais nos projetos de desenvolvimento turístico

Sabe-se que o turismo moderno tal qual é percebido e as teorias sobre ele são fruto da Revolução Industrial, e, portanto, seguem os critérios otimizadores de tempo e recursos, impessoais socialmente e degradadores dos recursos naturais. Hoje a globalização e o desencanto com a modernidade, trazem novos desafios não só no campo econômico, mas também de ordem cultural e social.

Há um crescente interesse em iniciativas que mostram como a sociedade pode buscar novas formas de viver e se organizar, que suplantem o determinismo econômico e a dependência de poderes exógenos. Sendo o turismo um fenômeno vivo, intimamente ligado aos fatos sociais, culturais e econômicos que regem a sociedade, também ele se

vê em crise diante dos novos desafios impostos pela contemporaneidade, não só como *práxis*, mas também como objeto científico. Assim o turismo precisa de respostas que promovam a utopia de uma sociedade mais independente e solidária.

Moesch(2000,p.15-21) lembra que quando a vida e seus prazeres, no caso o viajar, são reduzidos à racionalização econômica, o Turismo passa a ser tomado como um subsistema produtivo do sistema econômico. Como consequência, se desconsidera as multirreferencialidades do Turismo, principalmente enquanto relação intercultural.

Por maior que seja o esforço nos últimos anos levar em consideração o ser humano como principal constituinte do núcleo do sistema turístico, ele ainda é, freqüentemente, relegado ao papel de produtor ou consumidor.

Alberto Sessa(1983) trata do turismo como atividade econômica e seu papel como vetor de desenvolvimento econômico em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Critica a carência do conhecimento científico da economia turística e atribui à equívoca concepção teórica sobre o assunto as distorções e mazelas sociais criadas pelo turismo em muitos países (SESSA, 1983,p.17). Para o autor, é importante considerar que o turismo tem no seu epicentro o homem, e suas relações com o meio em que está inserido (relação dos turistas com a comunidade local, com a dinâmica de vida do destino em que se encontra).

Mitchell (apud SESSA,1983.p.33), economista, afirma que “os efeitos econômicos do turismo são apenas aqueles que podem ser quantificados com a ajuda das teorias reconhecidas”. Para ele os efeitos não quantificáveis economicamente e ou sociais, não existem. Sessa, porém, ao conceituar turismo, busca superar esta visão economicista afirmando ser o seu o desenvolvimento, um fenômeno essencialmente de inter-relações humanas. Porém, seu enfoque principal dá-se na abordagem dos efeitos econômicos do mesmo.

Para o autor, o Turismo seria a alternativa para maior equilíbrio econômico em países pouco desenvolvidos, como alternativa às exportações de produtos primários; poderia, através da entrada de divisas, compensar o fluxo de importações de produtos acabados provenientes da economia dominante.

Esta perspectiva contrapõe a tese de Erbes que discorda com a impossibilidade de dominação através do turismo. Erbes diz que através do turismo internacional continua a dependência pela demanda dos países dominantes. Até mesmo para atender

adequadamente os turistas seria necessário recorrer a importações que reduziriam ainda mais os ganhos reais, o que daria origem a um neo-colonialismo (SESSA, 1983,p.104-109). Sessa acredita que a dominação econômica não poderia ocorrer através do turismo pois não dependeria da importação de tecnologia dos países ricos.

Já Molina, é o autor que parece mais avançar sobre a questão da humanização na conceituação do turismo e também propor um planejamento turístico que realmente envolva a comunidade local e, mais que isso, que nasça da auto-gestão das comunidades.

Os diferentes conceitos de turismo são comentados pelo autor (MOLINA,2001,p.12) como insuficientes para refletir o que é turismo. Afirma que o fenômeno alcançou conotações, significados e efeitos altamente complexos que transcendem análises quantitativas, pois é resultado de processos sociais e culturais não-quantificáveis, mas imprescindíveis para sua compreensão.

Molina também é um crítico audaz dos modelos equivocados de desenvolvimento turístico muito frequentes nos países latino-americanos. Muitos centros turísticos tornaram-se verdadeiros enclaves, onde alguns enriquecem como resultado da exploração do produto turístico, enquanto o restante da população permanece à margem do processo decisório e do acesso à renda (2001, p.35). Assim, a população local vê-se apartada não só do meio natural que lhe pertencia, mas também do processo de desenvolvimento.

Assim, Molina expõe o turismo como vetor de um crescimento empobrecedor (2005). Todo otimismo de Sessa(1983) quanto às potenciais benesses que o turismo internacional poderia trazer ao Terceiro Mundo, mostra-se contradito pela exposição de Molina (2005). O mesmo autor delinea as diferentes fases do desenvolvimento turístico (também são um instrumento para se visualizar como ao longo do tempo foram mudando as motivações e a atividade empresarial turísticas (MOLINA, 2003,p.22-29):

- a. O pré-turismo originou-se na Europa e se estendeu desde o século XVII até o século XVIII. Consistia em viagens realizadas por filhos de nobres para estabelecer contatos culturais, diplomáticos e de negócios em grandes cidades européias.
- b. O turismo industrial primitivo inicia no século XIX e vai até o início da Segunda Guerra Mundial. Surgem os primeiros hotéis urbanos, se desenvolvem balneários do Mediterrâneo e os primeiros destinos na América Latina.

-
- c. O turismo industrial maduro constitui-se do incrível crescimento do turismo a partir da década de 1950. Grande parte dos destinos pertence ao tipo sol-e-praia. O turismo torna-se um fenômeno de massas, gerando importantes efeitos sociais, políticos, culturais e ambientais. Consolida-se a indústria turística baseada nas possibilidades do capital financeiro. O capital humano, as idéias, as comunidades são relegadas a um segundo plano.
- d. O turismo pós-industrial desenvolve-se a partir da década de 1980 consolidando algumas tendências de transformação: diferenciação dos produtos e serviços pelo aumento da competitividade, a desmassificação dos mercados, começo da personalização da oferta, ecologismo. A participação dos movimentos sociais e das comunidades locais é peça-chave na consolidação dos destinos. O turista pós-industrial é chamado por Molina(2005) de peregrino pois não busca um produto industrial, pronto para consumir, ele viaja em busca de experiência. Quer voltar diferente de quando partiu. Talvez aqui o turista seja travestido do nomadismo de Maffessoli(1997). Após séculos de sedentarismo resultante de uma sociedade organizada, racional e estática, começa um movimento cada vez maior em direção a errância, ao descompromisso com o enraizamento, com as instituições, com as leis e regras. Ao lado da razão existe o mundo obscuro da paixão. A tendência ao nomadismo pós-moderno traz novas perspectivas à atividade turística, já que o turismo também é uma forma do homem realizar seus ímpetus antropológicos na busca pelo novo. Ao se tentar desenvolver turisticamente uma localidade é preciso estar consciente das motivações, da busca, do sonho de quem se desloca e de quem acolhe este estrangeiro.
- e. O pós-turismo seria um novo paradigma diretamente gerado pelas tecnologias de informação. Sua expressão máxima são os parques temáticos de alta tecnologia e espaços lúdicos que não dependem dos ciclos da natureza para atrair visitantes.

Salienta-se que todas essas fases não são lineares, ou seja, aconteceram ou acontecem ainda de forma simultânea. De outra forma pode-se encontrar “produtos pré-turísticos” ao lado e ocupando, às vezes, os mesmos espaços de “produtos pós-turísticos”.

O mais importante desta reflexão é a oportunidade de visualizar-se a evolução (ou seria a “involução”?) do turismo ao longo dos séculos. No âmago do turismo pós-

industrial vê-se o germe de novas tendências do homem que busca encontrar-se com o outro e consigo mesmo. Isso acaba reduzido a novas possibilidades de oferta de produtos turísticos diferenciados.

3. Globalização, solidariedade e capital social

Já no final do século passado, e principalmente no século XXI a economia de mercado toma uma nova forma ainda mais hegemônica e cruel. Segundo Santos (2000,p.64-65), a globalização causa uma ruptura num processo de evolução social e moral que se desenvolvia paralelamente ao capitalismo. O progresso técnico que prometia a completa humanização do planeta, possibilita a tão sonhada globalização, mas não a serviço do homem. A globalização alicerça-se sobre dois pilares: a informação e o dinheiro. A fase atual do turismo traz tudo isso em seu âmago: a própria motivação do viajante é profundamente determinada pela poderosa publicidade, que, vendendo sonhos, garante a lucratividade dos investidores.

Para Santos (2000,p.153), como resposta e reação a essa hegemonia globalizante, a vida local começa a se manifestar, pois as populações majoritárias asiáticas, africanas, e latinas não podem usufruir um ocidente globalizado em suas formas puras. Com isso os lugares acabam sendo onde a globalização é relativizada ou recusada.

A construção de um novo mundo só será possível numa trajetória de baixo para cima, dando lugar para a esperança e para a utopia. A partir de uma visão sistêmica que começa na tomada de consciência individual e se estende à descoberta das relações de causa e efeito, de mundo e lugar, entende-se como cada lugar, cada coisa, cada pessoa depende do mundo (SANTOS, 2000,p.168-170). Segundo Morin(1999) o mundo depende de cada lugar, de cada coisa, de cada pessoa, “o mundo está no interior do nosso espírito e este no interior do mundo. Sujeito e objeto, neste processo, são constitutivos um do outro”(MORIN, 2001,p.64).

Essa tomada de consciência da complexidade e interdependência de todas as coisas poderá permitir

(...) um novo modelo econômico, social e político que a partir de uma nova distribuição de bens e serviços, conduza à realização de uma vida coletiva solidária, passando da escala do lugar à escala do planeta, assegure uma reforma do mundo, por intermédio de outra maneira de realizar a globalização (SANTOS, 2000, p.170).

Assim, para ser repensar a trajetória do desenvolvimento da atividade turística que possa contribuir para uma outra globalização, aos moldes do proposto pelo geógrafo Milton Santos(2000) é preciso fazer da teoria um marco efetivo dessas novas idéias. Só assim elas se reproduzirão na prática. É o que Moesch (2000) chama de um saber-fazer.

O papel do poder local, ou dos lugares, como dizia Milton Santos(2000) passa a ser um clamor de todas as correntes ideológicas em abordagens antagônicas e complementares.

Para Becker(2003,p.87), os desencantos da modernidade tem atingido desde cientistas até desenvolvimentistas. Descobre-se que o próprio processo de produção de riqueza produz a pobreza. Com a derrocada do Socialismo real, acaba-se o sonho, a utopia. O capitalismo avança e o econômico reina absoluto.

A ênfase excessiva na face econômica do turismo, a ponto de como a exemplo de Mitchel simplesmente ignorar os efeitos não quantificáveis do mesmo, nada mais é do que o reflexo da hegemonia de uma economia de mercado, chamada de “moinho satânico” por Polanyi (apud BECKER,2003,p.103). Ao tornar-se sujeito, o capital dirige a sociedade e cada vida humana como acessórios transformando-os em meios da valorização progressiva do próprio capital. Assim, o que está em jogo no desenvolvimento turístico é o retorno sobre investimentos, a competitividade. As teorias sistêmicas sobre o assunto acabam por contribuir na perpetuação da “economização” do turismo, já que são ou almejam ser manuais eficazes de gestão de destinos turísticos, sempre sob a ótica da competitividade.

Para Beni(2000,p.86), o turismo pode transformar-se em instrumento de exploração econômica graças ao poder incontável do dinheiro.

Moesch (2000,p.21) reafirma o profundo reducionismo do turismo a produto consumível e suas trágicas conseqüências. E diagnostica:

Essa postura, emergente de uma cultura de mercado capitalista, desconhece a essência do fenômeno turístico, o qual exerce uma pressão crescente sobre a vida coletiva, o ecossistema, a beleza do bucólico, a herança cultural existente nas localidades visitadas, gerando situações passíveis de ressignificados, pela relação entre visitantes e visitados.

“Todavia, a peculiaridade da civilização cujo colapso testemunhamos foi,

precisamente, o fato dela basear-se em fundamentos econômicos” (POLANYI apud BECKER, 2003,p.102). O colapso do atual modelo de exploração turística dos lugares, salvo raras exceções, obedece a esses preceitos. Ao tentar maximizar a lucratividade do capital, o homem é reduzido a meio, assim como a natureza, assim como a cultura, assim como o patrimônio. Becker (2003, p.102) explica a negação da determinação humana do desenvolvimento, quando o capital transforma

o trabalho humano na mercadoria mão-de-obra ou ainda como querem alguns, em capital humano; a determinação natural do desenvolvimento, transformando a natureza na mercadoria matéria-prima, ou como querem outros, em capital natural; a determinação comunitária do desenvolvimento, transformando a confiança, normas e sistemas comunitários em recursos sócio-culturais, ou, como querem os contemporâneos em capital social.

Becker também afirma que frente à globalização, cada região pode responder ativa ou passivamente. Na forma passiva, os interesses sócio-ambientais são abortados regionalmente pela economia globalizada. Já na reação ativa a capacidade dos agentes locais de superarem as contradições e conflitos resultará num desenvolvimento local-regional, possibilitado pela construção de um projeto próprio de inserção diferenciada e diferenciadora do desenvolvimento local-regional no desenvolvimento global (BECKER, 2003, p.104).

Já Vázquez Barquero (2001), ao conceituar o desenvolvimento endógeno, enfatiza o ganho em competitividade econômica nas cidades ou localidades que conseguirem se organizar em redes cooperativas que englobem organizações públicas e privadas, instituições de ensino e pesquisa, e a comunidade como um todo. Neste caso, o enfoque no poder local dá-se muito mais com o objetivo econômico em tornar as empresas de uma localidade mais competitivas juntamente ao seu entorno, do que propriamente o desenvolvimento integral da sociedade.

Assim nas mais diferentes correntes pode-se afirmar que, como bem observa Fischer (2002, p.12-31), a promoção do desenvolvimento via planejamento localizado em fatias de territórios ou por meio de esforços localizados é uma nova onda prescritivista que atinge tanto os que buscam a competitividade entre lugares diversos do planeta, como aqueles que comungam princípios de solidariedade.

Claramente pode-se distinguir essas duas correntes. Na primeira, estudiosos, como Vázquez Barquero(2001) com a endogenização do desenvolvimento e Michel

Porter(1999) e a teoria dos *Clusters*. Na segunda, economistas, sociólogos e autores como Milton Santos(2000) que vem na organização da sociedade uma possibilidade de construção solidária e mais igualitária.

4. As comunidades locais e o sistema turístico

A comunidade local dos destinos turísticos aparece nas obras de Molina primeiramente como um subsistema do sistema turístico em sua obra *Conceptualización del Turismo*, a respeito da qual o autor só diferencia dois segmentos que formam as comunidades receptoras: os grupos diretamente relacionados ao turismo e os grupos indiretamente relacionados (MOLINA, 1995, p.39-40)

Já em *Planejamento Integral do Turismo*, Molina(2001) destaca a importância de a comunidade local em ter um papel ativo na tomada de decisões sobre o planejamento turístico, rompendo com a lógica que ainda domina os destinos latino-americanos onde tecnocratas ou grandes empresas transnacionais planejam e impõem planos de desenvolvimento turístico às localidades. A comunidade local então não é considerada apenas como receptora, mas também emissora de viajantes, respeitadas sua identidade, seus hábitos. Supera-se, então, a “indústria turística” cujo maior foco encontra-se na atração de turistas, para a geração de lucro. O cidadão nacional e local passa a ter um papel ativo como receptor, mas também como turista, superando a massificação, respeitando-se culturas, patrimônios históricos e naturais.

Moesch(2004) enriquece essa proposição escrevendo que

(...) o turista rompe as fronteiras desses estados políticos e tecnocráticos, através do deslocamento autônomo, motivado pelo imaginário arcaico de reviver o passado, ou reencontrar a natureza, ou mesmo reencontrar-se em sua humanidade.

A errância de Mafessoli(2001) pode ser a manifestação deste turismo mais endógeno, mais experimental; é a expressão de uma outra relação com o outro e com o mundo, mais carinhosa, mais generosa, porém, mais trágica, pois repousa na intuição da não permanência das coisas, dos seres, dos relacionamentos. O nomadismo é um sonho imemorial jamais ocultado totalmente pelo cinismo econômico e o embrutecimento do que está instituído. A autonomia e o individualismo do homem moderno destruíram o corpo social e trouxeram os malefícios conhecidos. A errância pós-moderna ao não respeitar fronteiras nem valores estabelecidos faz renascer a generosidade, a busca e o

respeito pelo outro. As pessoas nas próximas décadas gastarão mais tempo em busca do estrangeiro, em busca do contato com a natureza e com outras culturas.

A preocupação com planejamento turístico deve ir além dos esforços habituais de melhoria de infraestrutura, corte de custos, interações organizacionais. Concomitantemente deve-se pensar alternativas que possibilitem “o encontro” entre visitantes e visitados. Não se trata aqui de bom atendimento ou satisfação de necessidades, e sim pensar um turismo mais humano, onde culturas, sonhos e desejos possam ser compartilhados nesta busca humana perene pelo infinito.

Esse modelo de viagens pode ser reconhecido no turismo pós-industrial de Molina (2004,p.26) onde a hospitalidade torna-se parte importante da *práxis* turística estruturada sobre novos movimentos culturais e sociais. Neste contexto o papel das comunidades locais torna-se mais ativo.

Segundo Mario Beni os diferentes papéis da comunidade local no desenvolvimento turístico aparecem na descrição dos diferentes modelos sociológicos de desenvolvimento turístico (2004,p.82):

- a. Desenvolvimento autóctone, vinculado ao capitalismo popular de empreendedores nativos: a implantação de pousadas e outros serviços destinados aos turistas é de iniciativa dos próprios moradores locais, sem apoio governamental. Através de formas cooperativas de organização, o desenvolvimento da atividade envolve grande parcela da população. Exemplos podem ser encontrados nos Alpes Suíços, litoral da Espanha e França, Porto Seguro(BA) e a Serra Gaúcha.
- b. Colonização aristocrática, planejada por grandes capitais sobre vasta superfície: a comunidade não participa do processo. Grandes cadeias de hotéis transnacionais instalam-se em determinada área, geralmente construídos com arquitetura suntuosa que por si só já segrega turistas da população local. Exemplo: Hotéis Mediterranée na Bahia.
- c. Colonização democrática, caracterizada pelo afluxo dos pequenos investimentos dos cidadãos: quando a população de determinada localidade não dispõe de capital para valorizar seu território, abre as portas para investidores externos, pequenos ou médios empresários, para que invistam em pequenos hotéis ou outros negócios utilizando-se da infra-estrutura urbanística já existente.

O tipo de desenvolvimento turístico caracterizado por Beni(2004) que mais se adequaria à teoria do desenvolvimento endógeno ou ao modelo solidário é logicamente o autóctone. Os outros dois modelos pela própria denominação “colonização” parecem provar a teoria de Erbes, refutada por Sessa(1983, p.104). É possível sim haver um neo-colonialismo através da exploração do turismo quando o capital transnacional entra em uma comunidade impossibilitando que os ganhos referentes ao fluxo de turistas permaneçam na própria localidade. Aos autóctones sobram subempregos ou as migalhas do processo. As grandes parcelas do lucro ficam nas mãos dos *resorts*, verdadeiros oásis onde todas necessidades dos visitantes são supridas dentro dele. Não é necessário o contato com a população local.

Sessa por sua vez, por ter escrito sua obra ainda na década de 1970, onde os modelos de desenvolvimento eram impostos e planejados de cima para baixo pelo Estado central, cita a comunidade local apenas na consumação do ato turístico, nas interações com os visitantes. O planejamento do desenvolvimento turístico passa aquém do poder local para concentrar-se nas mãos de grandes empreendedores e dos governos nacionais.

4. O caso do Vale dos Vinhedos

Um exemplo típico do poder de uma comunidade em empreender iniciativas endógenas que desenvolvam sua localidade através do turismo é o caso do Vale dos Vinhedos, na Serra Gaúcha. Numa região geográfica onde há mais de um século são cultivadas vinhas e produzidos vinhos, várias vinícolas familiares começaram a se organizar para receber turistas de todo país e do exterior, atraídos principalmente pelo vinho produzido e pela cultura italiana a ele associada.

Unidas em torno de uma entidade, a APROVALE – Associação dos Produtores do Vale dos Vinhedos-, as vinícolas buscaram o apoio de órgãos de educação e pesquisa, como a EMBRAPA e Universidade de Caxias do Sul, e deram início ao processo de Indicação Geográfica de Procedência, um projeto pioneiro no país, que visa reconhecer e garantir a qualidade dos vinhos produzidos em seu território, além de fortalecer a marca Vale dos Vinhedos. Foram realizados estudos topográficos, topoclimáticos e foram relacionados os mapas de solos. A partir destes estudos, o Vale dos Vinhedos foi composto, além do município de Bento Gonçalves, também por parte dos municípios de Monte Belo do Sul e de Garibaldi.

A busca pela Indicação de Procedência do Vale dos Vinhedos – I.P.V.V.- foi uma das formas encontradas pela APROVALE para agregar valor ao lugar “Vale dos Vinhedos” e aos produtos nele elaborados. Agregando valor, se espera gerar desenvolvimento, aumentando as oportunidades de empregos e empreendimentos locais. Ao mesmo tempo, proporciona garantia e qualidade ao consumidor pois valoriza um marca comum e fortalece os produtos. Através de um Conselho Regulador, é feito o processo de cadastro, controle e certificação dos vinhos produzidos no Vale.

Todos os esforços e investimentos individuais para a promoção, tanto da venda do vinho, como do Vale dos Vinhedos como destino enoturístico, foram potencializados pela fundação da APROVALE no ano de 1995.

No início, foram apenas seis vinícolas que juntas fundaram esta entidade. Os seus principais objetivos são:

- a. estimular e promover o potencial turístico;
- b. buscar maior competitividade para os seus associados; e
- c. fomentar o aprimoramento sócio-cultural da comunidade.

Muitos foram os avanços alcançados pela comunidade do Vale dos Vinhedos desde então, não só em infra-estrutura para melhor atender o turista, mas melhorias que atingem a comunidade como um todo. Através de parcerias público-privadas, em onze anos, se pode enumerar muitos fatores que têm valorizado a localidade e resultado em melhores condições de vida para a população. Segundo a APROVALE, são eles:

- a. melhorias na infra-estrutura: telefonia, asfaltamento;
- b. mais segurança;
- c. educação: uma nova escola que integra todo o Vale;
- d. surgimento de novos empreendimentos: hotéis, pousadas, queijarias, atelier de arte, restaurantes, outras vinícolas; e
- e. preservação ambiental: tratamentos fitosanitários, preservação de recursos hídricos, da flora e da fauna.

Estes aspectos têm contribuído para que o Vale dos Vinhedos se torne um dos principais destinos turísticos dentro da Serra Gaúcha. O número de vinícolas associadas pulou de seis, em 1995, para vinte e quatro, em 2006. A produção de vinhos finos dentro do Vale dos Vinhedos corresponde hoje a quase cinquenta por cento da produção nacional, cerca de dez milhões de litros.

O aumento de produção e correspondente procura pelos vinhos do Vale, são

resultados diretos de uma busca pela qualidade, mas também do incremento no enoturismo.

Segundo Valduga(2005), essa associação oportuniza o funcionamento do Vale em rede, integrando a cadeia produtiva local da uva e do vinho e também da cadeia do turismo. Atualmente, a APROVALE, além das vinte e quatro vinícolas associadas, congrega outros dezenove associados não produtores de vinho, que são hotéis, restaurantes, fabricantes de produtos artesanais, entre outros. Segundo dados da própria associação, o fluxo de visitantes tem crescido 20% ao ano. Em 2003 o Vale dos Vinhedos recebeu 80 mil pessoas e em 2004 cerca de 100 mil visitantes.

Os empreendimentos do Vale dos Vinhedos são familiares e na sua maioria contam com recursos da própria família para se capitalizarem e investirem nos seus negócios. Esse caráter bastante peculiar do Vale dos Vinhedos é que o torna um exemplo importante de como a comunidade pode e deve organizar-se na busca por alternativas e respostas ao cenário globalizado que impõe competitividade e desafios até então nunca enfrentados pelas empresas e pelos lugares. É um típico caso de desenvolvimento autóctone descrito por Beni(2004,p.82).

Porém, os efeitos negativos do processo de desenvolvimento turístico do Vale dos Vinhedos se impõem como novos desafios a serem enfrentados pela população local, juntamente ao poder público e a APROVALE:

- a. especulação imobiliária;
- b. avanço urbano e descaracterização do lugar;
- c. um aumento significativo no número de turistas poderá acarretar intenso fluxo de automóveis, e possíveis prejuízos à tranquilidade do Vale.

Considerações finais

Um novo pensar sobre o Turismo que coloque o homem como sujeito de sua própria história deve suplantar o estudo das motivações pessoais do viajante, seus gostos e preferências, sua capacidade de dispêndio, seu grau de satisfação.

Esta nova ordem dentro do turismo precisa se voltar também para as motivações da comunidade receptora, sua disposição em envolver-se com a atividade. Só assim o risco a perenidade de seu patrimônio cultural e natural, pode ser compensada em prol de um retorno também econômico, ao invés de um desenvolvimento empobrecedor tão comum em experiências de destinos turísticos. Pois é nos territórios que se encontra o

potencial de desenvolvimento das comunidades.

Em meio ao caos globalizado do mundo de hoje, vê-se que a desordem começa a dar respostas fecundas que nascem no âmago das localidades. As legiões de marginalizados do processo econômico-social-cultural tem novas possibilidades de interpretação do mundo, do lugar e do papel humano nesse mundo e nesse lugar. Como bem coloca Morin (2001,p.136) a solidariedade profunda entre os membros de uma sociedade é a única forma de evitar sua desintegração pela total desordem. Pode-se falar em solidariedade entre as diversas ciências, entre os seres humanos, entre as diferentes sociedades e culturas. O Turismo poderá ser um dos elos nessa busca da solidariedade ao promover o encontro, a descoberta de uma nova globalização.

Pensar um turismo que supere o fazer-saber vigente passa necessariamente pela tomada pelas comunidades locais das rédeas de sua própria história.

O turista peregrino pode ser a resposta nessa busca além consumo, sedento e portador da semente do encontro. Este tipo de Turismo surge como possibilitador não só da *sobrevivência* da comunidade local, como de profunda *vivência* entre visitantes e visitados.

O Turismo a um só tempo pode ser, pela sua face econômica, uma forma das comunidades exercerem seu poder local, e, pelo seu caráter de descoberta, resgatar valores e culturas arcaicas e esquecidas, que ainda respiram no íntimo das comunidades locais, sejam elas africanas, latinas, asiáticas... ou de pequenas regiões da Serra Gaúcha.

No caso do enoturismo, que vincula o turismo à ancestral arte de elaborar e degustar o vinho, o papel da comunidade local e suas iniciativas empreendedoras configuram o elo mais importante no acontecer turístico e no desenvolvimento integral da localidade. Afinal, ao beber um vinho, o turista compartilha diretamente a cultura, o dia-a-dia, a vida na terra dos vitivinicultores e de cada morador do lugar. É nesse sentido que o turismo no Vale dos Vinhedos poderá se constituir num potencial verdadeiramente vinculado ao desenvolvimento dos homens e mulheres que o habitam.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, H. *Território e Poder – a política das escalas*. In: *Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação*. Org: Tânia Fischer. Salvador. Casa da Qualidade, 2002.

BECKER, D. *CAPITAL SOCIAL: uma nova derivação da economia de mercado?* In: *Capital Social e desenvolvimento regional*. Org: Silvio Marcus de Souza Correa. Santa Cruz do Sul.

IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL
Universidade de Caxias do Sul – Mestrado em Turismo
Caxias do Sul, RS, Brasil – 7 e 8 de Julho de 2006

EDUNISC, 2003.

BENI, M. *Análise Estrutural do Turismo*. São Paulo. Senac São Paulo, 2004.

FISCHER, T. *Poderes locais, desenvolvimento e gestão – Introdução a uma agenda*. In: *Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação*. Org: Tânia Fischer. Salvador. Casa da Qualidade, 2002.

MAFFESSOLI, M. *Sobre o nomadismo – Vagabundagens pós-modernas*. Rio de Janeiro. Record, 2001.

MOESCH, M. *O fazer-saber turístico: possibilidades e limites de superação*. In: *Turismo: 9 propostas para um saber-fazer*. Org: Susana Gastal. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2000.

_____. *Tese de Doutorado*, 2004.

MOLINA, S. *Conceptualización del turismo*. México, Limusa, 1991.

_____ e RODRÍGUEZ, S. *Planejamento integral do turismo*. Bauru. EDUSC, 2001.

_____. *O Pós-Turismo*. São Paulo. Aleph, 2004.

_____. *Planejamento e desenvolvimento/ Evolução do turismo*.- curso ministrado durante o SEMINTUR-UCS, Caxias do Sul, 2005.

MORIN, E. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Lisboa, Instituto Piaget, 2001.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro. Record, 2005.

SESSA, A. *Turismo e política de desenvolvimento*. Porto Alegre. UNIONTUR, 1983.

VALDUGA, V. *Enoturismo: o caso do Vale dos Vinhedos*. I Congresso de Desenvolvimento Regional – Feevale. Novo Hamburgo, 2005.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. *Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização*. Porto Alegre. Fundação de Economia e Estatística, 2001.

Site consultado: <http://www.valedosvinhedos.com.br>. Acesso em 15 de abril de 2006.